

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 500, DE 22 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional na carreira concedida ao servidor ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Mandado de Segurança nº 1.0000.20.539751-6/000 em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referida legislação.

Resolve:

Art. 1º - Conceder a terceira Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no Anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 1.0000.20.539751-6/000.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ANEXO I							
Promoção por escolaridade na carreira de Policial Penal.							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1377542/4	CARLOS AUGUSTO DA CRUZ SILVA	PP	III	C	IV	A	01/01/2025

23 2067658 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 507, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional na carreira concedida ao servidor ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5105393-11.2023.8.13.0024, em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referente legislação.

Resolve:

Art. 1º - Conceder a segunda Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no Anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5105393-11.2023.8.13.0024.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ANEXO I							
Promoção por escolaridade na carreira de Policial Penal.							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1436489/7	THIAGO RAIDER ALVES DE SOUZA	PP	II	D	III	C	06/04/2025

23 2067683 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 465 14 DE ABRIL DE 2025.

Institui força-tarefa para auxiliar na instrução de processos administrativos disciplinares em tramitação no âmbito do Núcleo de Correição Administrativa da Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de atribuições que lhe conferem o inciso III, § 1º, Art. 93 da Constituição Estadual, o Art. 34 e o Art. 35 da Lei Estadual nº 24.313, de 29 de abril de 2023 e o Decreto Estadual nº 48.659, de 28 de julho de 2023, e considerando o quantitativo de processos administrativos disciplinares em tramitação nesta Secretaria, visando incrementar a capacidade operacional do Núcleo de Correição Administrativa da Controladoria Setorial, consignada no Plano de Atividades de Controle Interno (PACI), no qual estão especificadas as ações a serem desenvolvidas no exercício de 2025 e, consequentemente, aumentar o número de expedientes julgados no âmbito da SEJUSP,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir força-tarefa composta pelos seguintes servidores: DÉBORA CORREIA DA SILVA - 1.445.147-0; LUCAS BRAGA ABREU - 1.302.067-2; JOSÉ CARLOS PACHECO - 1.078.576-4; WELINGTON LOPES ALMEIDA - 1.185.806-5; ISMAEL PEREIRA BRAGA - 1.447.118-9; FREDERICO PEREIRA DA COSTA - 1.443.659-6; DILERMANDO NETTO ROCHA - 1.437.889-7; GABRIEL ARAÚJO SILVA - 1.245.648-9; JESSE GONÇALVES DE MELO - 1.445.360-9; CIBELE CRISTINA FELICIANO - 1.237.739-6; WANESSA VALLE DE MORAES DA SILVA - 1.171.704-8; JOAO ADELINO BATISTA - 1.447.380-5; UARLEN DE FRANÇA JUNIOR - 1.445.484-7; DUEYNE CARVALHO PEREIRA - 1.447.190-8; MAURICELIO SANTANA - 1.356.530-4; JOSE VICTOR NUNES CASTRO - 1.444.589-4; SAULO CÉLIO DE OLIVEIRA COELHO - 1.448.618-7; CAIO FIRMINO CONTE PENNA - 1.443.596-0; JOSE MARCIO VILLANOVA FIGUEIREDO - 1.297.148-7; THIAGO PINHEIRO DE OLIVEIRA - 1.372.255-8; THIAGO DE CAMPOS VEIGA - 1.439.303-7; RENAN BOTELHO DA SILVA - 1.377.020-1; PAULA DE OLIVEIRA SOUSA - 1.378.428-5.

Art. 2º - A força-tarefa auxiliará na instrução dos processos administrativos disciplinares a serem distribuídos pelo NUCAD/CSET/ SEJUSP.

§1º - A força-tarefa terá o prazo máximo de 6 (seis) meses e 15 (quinze) dias úteis, para concluir o trabalho, contados a partir da data de publicação desta Resolução, podendo ser prorrogado mediante ato motivado da autoridade competente.

§2º - No período especificado no parágrafo primeiro, os membros das comissões processantes da força-tarefa se dedicarão exclusivamente à atividade especificada no caput deste artigo, necessária para viabilizar a apuração dos referidos procedimentos disciplinares.

Art. 3º - A força-tarefa observará a legislação vigente, a jurisprudência já consolidada e as orientações da Corregedoria-Geral, reconhecendo, sempre que couber, a prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

23 2067719 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Savano Junger Froede, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado por meio da PORTARIA/ NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 031/2024, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 08 de Agosto de 2024, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869/1952, INTIMA a ex- prestadora de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário, BARBARA T. C. ARNAL – MASP 1.54x.x56-7, durante 08 (oito) publicações consecutivas, para, querendo, comparecer à audiência de oitiva de testemunhas a ser realizada em 20/05/2025 (terça-feira), às 09h00, 10h00, 10h40, 11h20, 14h20, 15h00 e 15h40, bem como, para seu INTERROGATORIO que será realizado às 16h20 da dia 20/05/2024, por modalidade de videoconferência através da plataforma Google Meet, no link: <https://meet.google.com/gdc-thbc-sto>, ficando a Comissão à disposição através do endereço de e-mail ([nucad15rps@gmail.com](mailto:nucad15rps@gmail.com)), para dirimir eventuais dúvidas e/ ou fornecer orientações. Neste ato, fica a processada ciente que poderá constituir procurador para acompanhar as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, sob pena de REVELIA, e designação de defensor “ex-officio: BARBARA T. C. ARNAL – MASP 1.54x.x56-7, PROCESSADA no PDS 031/2024.

Teófilo Otoni-MG, 10 de Abril de 2025.

Savano Junger Froede  
Masp: 1.173.784-8  
Presidente da Comissão

10 2064001 - 1

REMOVE EM CUMPRIMENTO A DECISÃO JUDICIAL proferida no Processo Judicial nº 5004203-59.2025.8.13.0145, o servidor de MASP 1204892-2, WANDERSON ANGELO FERREIRA, referente ao cargo efetivo Policial Penal, da Penitenciária Manoel Martins Lisboa Junior, para o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional de Juiz de Fora, conforme documentos constantes no Processo Administrativo SEI nº 1080.01.0012517/2025-08.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2025.  
ROGÉRIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1246088-7, CRISTIANO RODRIGO DA COSTA, referente ao cargo efetivo Policial Penal, da Diretoria Regional da 2ª RISP, para a Diretoria Regional da 1ª RISP, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0067294/2025-23.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2025.  
ROGÉRIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1375209-2, MARCOS ANTONIO DE SOUZA LOPES, referente ao cargo efetivo Policial Penal, da Diretoria Regional da 2ª RISP, para a Diretoria Regional da 1ª RISP, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0067294/2025-22.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2025.  
ROGÉRIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1248672-6, ANA LUISA DE ANDRADE COSTA, referente ao cargo efetivo Analista Executivo de Defesa Social - Psicólogo, da Diretoria de Classificação Técnica, para a Diretoria de Atenção à Saúde Mental e Avaliação Pericial, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0074168/2025-82.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2025.  
ROGÉRIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

23 2068063 - 1

ATO 378, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

PRORROGAÇÃO DE POSSE - ATO 378/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 PRORROGA O PRAZO PARA POSSE, nos termos do § 1º do art. 70 da Lei 869, de 05/07/1952, da nomeada para ao cargo de provimento em comissão DAD-2 JD11100663: MARIA LUIZA NOGUEIRA GOMES, NOMEADA EM 26/03/2025, A CONTAR DE 28/04/2025.

Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

23 2067957 - 1

ATO 00387/2025 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO AO SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONALCONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, desde que haja compensação nos termos legais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº5025443-35.2022.8.13.0105, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado: MASP:1079452-7 MARCELO RABELLO BARROS,a contar da data de publicação.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2025  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ATO 00386/2025 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO AO SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONALCONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, desde que haja compensação nos termos legais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº5046778-57.2025.8.13.0024, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado: MASP:1442810-6 WALBER FERREIRA JARDIM DOS SANTOSA,a contar da data de publicação.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2025  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

23 2067950 - 1

ATO 379, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA – ATO Nº 379/2025 - REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, dos servidores: MASP 11914355, EDUARDO FERREIRA MEDINA , PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 14/04/2025. MASP 11566981, CATULO GOMES CARDOSO , PP2 - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 14/04/2025. MASP 11297322, RENAILDO SANTOS DE OLIVEIRA , PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 14/04/2025. MASP 13864301, IATUANA DE ARAUJO BARBOSA , PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-2, a partir de 14/04/2025. MASP 13343173, JEFFERSON GILL GOMES BORGES , PP2 - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 14/04/2025. MASP 7553746, ISADORA MONTEIRO CARVALHO DE SOUSA, EPPGG - ESPECIALISTA EM POLÍTICA PÚBLICA E GESTÃO GOVERNAMENTAL , Nível I, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 16/04/2025. MASP 13813027, LUDMILLA CRISTINA MENDES MARCELINO, PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4 a partir de 15/04/2025. MASP 14375828, MARCELO JUNIO DO NASCIMENTO , AGSE - AGENTE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO, Nível II, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 15/04/2025. MASP 10790186, SIDNEY SIQUEIRA ANTUNES , PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 16/04/2025. MASP 13870175, JULIANA INACIO GALLO, ANEDS - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL, Nível II, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-6, a partir de 14/04/2025. MASP 14356554, GUILHERME PEREIRA LEAL , PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 14/04/2025.

Ana Louise de Freitas Pereira  
Superintendente de Recursos Humanos  
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

23 2067705 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentados por GILTON COSTA SILVA, MaSP 1.221.056-3, MÔNICA ESTEVES PEREIRA e MOREIRA, MaSP 1.374.881-9 e WALQUIVES PEREIRA, MaSP 1.221.375-7, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria de Instauração/COGE nº 7/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 25 de agosto de 2023, resolve negar-lhes provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Despacho nº 1888/2025/SEJUSP/GAB. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificados e dos advogdo Adilson Mendes Costa Junior OAB/MG 125.751 e Victor Bruno Alves de Jesus Ganem Rodrigues OAB/MG 157.255. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 23 de abril de 2025.

Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

23 2068078 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEJUSP/SEPLAG

Nº 04, DE 22 DE ABRIL DE 2025

Institui Comissão Especial de acompanhamento para realização de Concurso Público para provimento de cargos da carreira de Policial Penal, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (Sejusp) e o SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (Seplag), em exercício, no uso de suas atribuições que lhes confere o inciso III, do § 1º, do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, embasados no art. 37, II da Constituição da República e art. 21, § 1º da Constituição do Estado de Minas Gerais e tendo em vista a Lei Estadual nº 14.695/2003, Lei Estadual nº 15.788/2005 e a Lei nº 24.959/2024, que dispõem sobre a carreira de Policial Penal, o Decreto nº 42.899/2002, que aprova o Regulamento Geral de Concurso Público para investidura em cargo ou emprego público da administração direta ou indireta do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, a Lei Estadual nº 14.184/2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, a Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o Of. Cofin nº 0212/2025, do Comitê de Orçamento e Finanças, que autorizou a abertura do concurso,

RESOLVEM:

Art. 1º –Criar Comissão Especial de acompanhamento do Concurso Público para provimento de cargos da carreira de Policial Penal composta pelos seguintes servidores:

I – Pela Academia Estadual de Segurança Pública da Sejusp:

a) Ivana Maria Fernandes Martins, MASP: 1.110.938-6, como Titular e b) Natália Imaculada Nascimento Rodrigues, MASP: 281.129-7, como Suplente.

II – Pela Superintendência de Recursos Humanos da Sejusp:

a) Larissa Neves Silva Maia, MASP: 1.386.881-5, como Titular e b) Vanessa Leandro Gonçalves Martins, MASP: 1.385.599-4, como Suplente.

III - Pelo Departamento Penitenciário de Minas Gerais da Sejusp:

a) José Fábio Piazza Junio, MASP: 1.078.090-6, como Titular e b) Daniela Aguiar Rangel, MASP: 1.189.941-6, como Suplente.

IV - Pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag:

a) Marcelo Alves dos Santos, MASP: 1.129.283-6, como Titular e b) Danila de Oliveira Soares, MASP: 1.136.612-8, como Suplente.

§ 1º – A Coordenação da Comissão será exercida pela Academia Estadual de Segurança Pública por meio dos servidores elencados no inciso I do art. 1º.

§ 2º – Os suplentes somente atuarão diante do impedimento ou ausência de seus respectivos titulares, conforme setor de atuação.

§ 3º – Poderão ser convocados membros ad hoc para integrar a Comissão, conforme a conveniência e a necessidade.

§ 4º – Os membros da Comissão realizarão as atividades inerentes à Comissão sem prejuízo das suas funções.

Art. 2º – A comissão terá como atribuições, conforme competências dos setores envolvidos, definidas no Decreto Estadual nº 48.659/2023 e Decreto Estadual 48.636/2023:

I – acompanhar todas as etapas do Concurso;

II – elaborar o termo de referência e outros documentos necessários à instrução do processo de contratação de instituição executora ou para realização do certame;

III – realizar o processo de escolha da instituição executora do concurso;

IV – planejar e monitorar as atividades de execução do concurso, bem como solicitar relatórios a instituição executora para acompanhamento do processo;

V – acompanhar a execução do contrato com a instituição executora, formalizando em processo eletrônico todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando as providências cabíveis;

VI – validar, no que couber, os documentos e ações da instituição executora no tocante à realização das etapas do Concurso Público;

VI – avaliar casos excepcionais que não estejam previstos em Edital;

VIII – emitir relatórios periódicos sobre o andamento do concurso.

Art. 3º – A participação dos servidores desta Comissão Especial não ensejará qualquer remuneração para os seus membros e os trabalhos nele desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público.

Art. 4º – Homologado o concurso público, a comissão de que trata o art. 1º desta Resolução se extinguirá automaticamente.

Art. 5º – Os membros desta Comissão ficam impedidos de participar do concurso na condição de candidatos, fiscais ou avaliadores, bem como estender a mesma conduta aos parentes de até terceiro grau, em linha reta e colateral.

Art. 6º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2025.

Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça Segurança Pública  
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Rodrigo Ferreira Matias  
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, em exercício  
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

23 2067927 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 508, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre a criação de unidades informais no sistema de Ponto Digital para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º, inciso III, do art. 93 da Constituição do Estado; a Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023; o Decreto nº 48.659, de 28 de julho de 2023, e tendo em vista o disposto na Resolução SEPLAG nº 10, de 1º de março de 2004 e no art. 17, da Resolução SEPLAG nº 35, de 31 de março de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Para fins de apuração de frequência junto ao sistema Ponto Digital, a Superintendência do Observatório de Segurança Pública discriminada no DECRETO 47.795/19 será organizada em unidade informais.

Art. 2º - Fica criado as unidades informais, Assessoria de Gestão da Informação e Administrativa e Escritório de Projetos e Processos, a fim de apuração de frequência.

Parágrafo único – Não se aplicará à folha de ponto dos gestores informais delegados pelo caput, o desempenho das funções que dispõe o art. 6º do Decreto 48.348, de 2022, no que concerne a frequência do próprio servidor, conforme previsto no art. 17, da Resolução SEPLAG nº 35, de 31 de março de 2023.

Art.3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2025.

Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

23 2068162 - 1

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA exonera, a pedido, nos termos do artigo 106, alínea “a”, da Lei nº. 869 de 5 de julho de 1952, os servidores relacionados, ficando os mesmos cientes da necessidade de procurar a Diretoria de Pagamentos, para regularizar possíveis pendências em sua situação funcional: MASP 1084552-7 ANGELO DE PADUA ALVES, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível IV, Grau B, a contar de 14/04/2025. MASP 1540136-7 FABIO GAMA DOS SANTOS, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível I, Grau A, a contar de 07/02/2025. MASP 1450610-9 MARIELLI CHRISPIM CERQUEIRA DE OLIVEIRA, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível I, Grau C, a contar de 10/04/2025.

Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

23 2067999 - 1

ATO Nº 385/2025 – ANULAÇÃO ATO TORNA SEM EFEITO – AFASTAMENTO PRELIMINAR APOSENTADORIA

ANULA O ATO Nº 445/2024, referente ao servidor: MaSP: 1.101.314-1, Sandro Lima da Silva Rodrigues, ASP, IV/A, Ato de Torna sem efeito do Afastamento Preliminar Aposentadoria publicado em 23/05/2024 , conforme cumprimento de decisão judicial nos autos do Processo N 1.0000.24.424795-3001, a qual “dá-se provimento ao recurso para ratificar os termos da decisão que antecipeu a tutela recursal e, também suspender o ato administrativo que tornou sem efeito o afastamento preliminar à aposentadoria”.

Ana Louise de Freitas Pereira  
Superintendente de Recursos Humanos

23 2067929 - 1

## Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

### Expediente

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/IGAM

Nº 3.345, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

Dispõe sobre o recebimento e atendimento das denúncias advindas da sociedade civil e das requisições dos órgãos de controle dirigidas ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, relacionadas ao descumprimento à legislação ambiental e de recursos hídricos, e dá outras providências.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS E O DIRETOR- GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, o inciso I do art. 10 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2024, o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e o inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, RESOLVEM:

Art. 1º – A gestão central das denúncias e das requisições por descumprimento à legislação ambiental e de recursos hídricos será exercida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, por meio da Diretoria de Apoio Técnico e Gestão de Denúncias – Dtd –, a quem compete padronizar e alinhar os aspectos técnicos e normativos referentes à gestão das denúncias e das requisições dos órgãos de controle dirigidas ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema.

§ 1º – Compete à Coordenação de Fiscalização e Gestão de Denúncias – CFisc, conforme as áreas de atuação territorial das Unidades Regionais de Fiscalização constantes do Anexo do Decreto nº 48.706, de 25 de outubro de 2023, gerir as denúncias e as requisições dirigidas ao Sisema.

§ 2º – As denúncias e as requisições que aportarem diretamente nas unidades regionalizadas do Sisema deverão ser remetidas à Dtd por meio de processo administrativo instruído no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI –, dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da data do recebimento do expediente.

§ 3º – Na hipótese em que o expediente incidir sobre a área de abrangência de mais de uma CFisc, a gestão competirá à Dtd.

Art. 2º – Para os efeitos desta resolução conjunta, entende-se por:

I – denúncia: solicitação de fiscalização manifestada por cidadão ou entidade da sociedade civil através do Formulário de Denúncias, LigMinas, e-mail institucional e SEI;



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202504232345360110.